

Teoria da História dos Historiadores

Fernando Catroga
Universidade de Coimbra

A consolidação do espírito crítico em historiografia está intimamente sobredeterminada pelo paradigma da ciência moderna. E aceita-se a sugestão – que Pomian desenvolveu em vários estudos – segundo a qual a ruptura entre conhecimento e percepção (fomentada pelas filosofias racionalistas e pelo espírito crítico da modernidade) pôs em causa a idéia de verdade histórica garantida através da observação (Heródoto) ou da fé (Idade Média), em nome de uma concepção de *conhecimento mediato* do passado rica de conseqüências. Foi quando ganhou força a certeza de que a via de acesso ao saber histórico só podia ser aberta pelos *traços, vestígios e indícios* voluntária ou involuntariamente deixados pelos homens, mas disponíveis para a sua transformação em *documentos*. Para esse fim, a historiografia tornou-se mais exigente no que respeita aos critérios de validação dos juízos sobre o pretérito.

Este esforço assumiu um maior relevo nos inícios do século XIX e emergiu em direta correlação com o propósito de libertar o saber histórico da tutela da filosofia e, em particular, das filosofias da história. Todavia, há que inquirir se os próprios historiadores, para justificarem a sua alforria, e para construírem as suas interpretações, não recorrem a conceitos, juízos de valor e de sentido de raiz filosófica,¹ não obstante a herança direta do seu *métier* vir do “velho” método histórico-filológico, em ação desde o Humanismo. Também o desenvolvimento da lingüística comparada, da filologia e da arqueologia, ocorrido durante o século XVIII, ajudou a afinar uma atitude de maior vigilância racional em relação aos vestígios do passado. De qualquer modo, é indiscutível que, em termos paradigmáticos – isto é, de adesão a um conjunto de idéias, valores e modos de proceder por parte de uma comunidade específica (os historiadores) –, a consolidação da crença na autonomia epistêmica da historiografia, a sua institucionalização e inserção no sistema educativo, assim como a sua gradual profissionalização e especialização, somente se concretizaram, de um modo mais significativo e continuado, no decurso do Oitocentos.

AS CORRENTES HISTORIOGRÁFICAS OITOCENTISTAS

Na verdade, sem secundarizarem a importância dos precursores clássicos (Tucídides) e modernos (Mabillon, Bolland), os historiadores da historiografia tendem a fixar o início da chamada *história-ciência* nas primeiras décadas do século XIX, movimento que foi protagonizado pelas várias (e diversificadas) maneiras de concretizar a sensibilidade romântica. A compreensão da maneira como esta interpretou o passado exige, porém, o equacionamento dos seus contextos sociais, principalmente dos que, em muitos casos, permitem enlaçar os pressupostos gnosiológicos e temáticos do romantismo com as necessidades político-ideológicas ligadas ao aparecimento de novas nações culturais (Alemanha) e políticas (Itália), ou à construção de novas memórias sociais (burguesia) e nacionais, como, para o caso português, a análise do pensamento de Alexandre Herculano exemplarmente ilustra.² E, por maiores que tenham sido as renovações ocorridas no interior da historiografia contemporânea, será erro ocultar que as normas, as regras e os hábitos, que lhe dão especificidade no conjunto dos saberes sobre o homem, foram definidos no século XIX, percurso que teve dois pontos de referência distintos: um, de atração – as ciências da natureza, enquanto modelo positivo a imitar; e um outro, de rejeição – as filosofias da história (ou os seus sucedâneos ideológicos), cuja influência se criticava.

Também não se poderá silenciar o dilema que, a nosso ver, a historiografia romântica não resolveu. É que, se, por um lado, no seu afã de representar o passado tal qual ele aconteceu (*wie es eigentlich gewesen*, Ranke), ela fez da análise crítico-documental a opção prioritária do historiador, por outro lado, não deixou de postular *pré-conceitos* indemonstráveis (como, por exemplo, o de *Volksgeist*, já implícito em Herder), pressupostos político-ideológicos que acabavam por se projetar nas suas descrições. De fato, a hermenêutica do “corpus” da historiografia romântica facilmente faz ressaltar os valores do presente que, em últimas instâncias, condicionaram as suas interpretações do passado.

Ranke, contra os excessos do racionalismo das Luzes, considerou falsas as teorias abstratas do conhecimento expressas através de construções conceituais tipificadoras. Por isso, o preceito *wis es eigentlich gewesen* parecia convidar os historiadores a aterem-se aos próprios fatos (dizemos nós: como se eles fossem “coisas de si”), a usarem a metodologia adequada ao ponto de partida da investigação – o documento –, a interpretarem os eventos na sua univocidade, e a determinarem os elos existentes entre eles, passíveis de gerar compreensão.³

Tanto ou mais relevante do que as teses dispersas e não tematizadas de Ranke, são as idéias que W. Humboldt – o fundador da Universidade de Berlim (1810), centro pioneiro na institucionalização da investigação e ensino da história – defendeu na conferência *A Tarefa do*

historiador.⁴ Aí, estipulou como missão da historiografia “expor o que ocorreu”. Todavia, esta profissão de fé, de aparente cariz empirista, não deixava de sublinhar que, ontologicamente, a história, como um todo, não é mais do que a realização de uma Idéia ínsita ao seu próprio evoluir. No entanto, este universalismo só se podia realizar em realidades concretas, ou melhor, em “individualidades nacionais”; o que obrigava o historiador a ter de percorrer, em simultâneo, dois caminhos: o da investigação rigorosa e crítica do que aconteceu, e o da síntese do campo explorado, apreendida através da intuição de tudo o que não se pudesse alcançar por outros meios. Apelava, assim, para o papel criador da “imaginação histórica”, modo de dizer que o conhecimento do passado também é uma *poética*. Com isto, Humboldt abria as portas à perspectiva hermenêutica – que, entre outros, Droysen e Dilthey irão desenvolver –, mormente ao sustentar que o historiador cumpre tanto melhor a sua tarefa quanto mais profundamente *com-preende* a humanidade, isto é, quanto mais se *prende* aos outros. E o fato de o seu objeto de estudo indiciar a presença (ausente) da ação humana, torna-a passível de inteligibilidade, como Vico, ao criticar o modelo cartesiano de conhecimento, já havia antevisto. É que, para o pensador italiano dos inícios de Setecentos *vero et factum conventutur*. Seja como for, não será esta a herança que a historiografia francesa, depois de 1870, irá recolher do seu magistério.

Se a ênfase da objetividade e da imparcialidade ainda se casava bem com a apologia da compreensão, o certo é que as representações do passado, particularmente em França, vão sendo crescentemente feitas em nome de um ideal “positivo” de conhecimento. Ao considerarem-se discípulos de Ranke, os animadores da chamada “história positiva” ou “história metódica” atuaram como se o grande historiador alemão tivesse sido, “avant la lettre”, um adepto do cientificismo, e esqueciam-se que, segundo ele, a verdadeira teoria científica tem de explicar o real por meio de um conjunto de conceitos e de regras, e de captar o sentido, ou melhor, a significação profunda e individual dos acontecimentos. É a esta luz epistemológica que devem ser vistos os seus esforços para romper com os teleologismos das filosofias da história (considerava-se a si mesmo um anti-Hegel), e para criticar os exageros universalistas destas últimas, reivindicando um lugar para o relativo e para o particular. Assim sendo, ainda que no seu registo próprio, esta atitude acabava por dar continuidade a algo que as filosofias da história também afirmavam: *compreender* e/ou *explicar* o passado será sempre introduzir sentidos (retrospectivos) no atomismo caótico dos acontecimentos.

O desenvolvimento posterior da pretensão objectivista secundarizou esta abertura à compreensão, tendência que atingirá a sua plenitude – pelo menos nas áreas da cultura francófona – quando, sob a influência de uma certa leitura do modelo rankiano e da crescente

hegemonia do paradigma das ciências da natureza (que os vários positivismos teorizavam), a historiografia francesa tentou remar contra o prestígio da versão mais subjetivista do romantismo historiográfico (encarnada na obra gigantesca e sedutora de Jules Michelet).

Para se caracterizar esta corrente, será inevitável referir *La Revue Historique* (1876), de Gabriel Monod, cujo manifesto, em conjunto com a posterior obra de Charles-Victor Langlois e Charles Seignobos, *Introduction aux études historiques* (1897), constitui uma das principais declarações de princípios da corrente designada por “história positiva” ou, mais recentemente, por “história metódica”. Como esta adjetivação é passível de gerar equívocos, deve-se distinguir o positivismo, enquanto concepção filosófica (Augusto Comte) e sociológica (Comte, Durkheim), do chamado *positivismo historiográfico*. É que este não tinha por objetivo teórico formular leis ou juízos teleológicos universais (o positivismo de Comte é um finalismo cientificista). O seu âmbito cognitivo restringia-se ao estudo dos factos do passado definidos como eventos únicos, individuais e irrepitíveis. A historiografia seria, assim, um discurso narrativo, em que aqueles aparecem ordenados segundo o princípio da causalidade eficiente e escalonados cronologicamente, numa suposição das *res gestae* como um processo irreversível. De acordo com este modelo, são excessivas as caracterizações que confundem o apelo à “ciência positiva”, que a corrente formulava, com o propósito de fazer da história uma ciência nomotética, pois, ao recorrer a uma noção de acontecimento, que pretendia denotar uma realidade singular, irreversível e, de certa maneira, contingente, o saber historiográfico teria de incidir sobre o particular e o não diretamente comprovado, limitações que o colocavam nos antípodas do ideal oitocentista de lei – universal e demonstrável – teorizado pela paradigma clássico das ciências da natureza.

A intenção de evitar o equívoco assinalado, e a ênfase posta na crítica interna e externa dos documentos, levou alguns autores a chamar a esta corrente “escola metódica”, a fim de melhor se expressar as suas preocupações com o problema do *método*, orientação canonicamente exposta por Langlois e Seignobos no seu “discurso” de 1897.⁵ A analogia com o trabalho de Descartes é óbvia, embora esta designação também possa ser equívoca: o cartesianismo baseava-se na dúvida metódica e nas regras para pensar bem através de idéias claras e distintas. Contudo, estas tinham uma gênese apriorística, e o critério de verdade dos juízos residia na sua coerência interna, em consonância com o paradigma matemático-geométrico, ou melhor, com uma concepção racionalista do conhecimento. Ao invés, apesar das suas posições contra as filosofias da história, a “história metódica” parecia perfilhar, na prática, uma difusa e não assumida filosofia empirista, cujas conseqüências mais visíveis podiam conduzir à confusão entre o conceito de *evento* e o de *fato histórico*, à sugestão da

existência de uma homologia entre a leitura do documento, feita pelo historiador, e a observação dos fenômenos, realizada pelo cientista, insinuando que a realidade da narração *espelhava* a realidade narrada. Segundo Peter Burke, tais propostas podiam ser resumidas por esta fórmula: *um sítio para cada fato, e um fato para cada sítio*. E, como recordou Braudel, parecia acreditar-se, sem mais, que a verdade estava na autenticidade documental, convencimento alicerçado nesta geminação, denunciada por Carr: “o fetichismo oitocentista dos fatos vinha completado e justificado por um fetichismo dos documentos”.

Mas a circunstância desta historiografia trabalhar com uma concepção cronológica de tempo (tempo irreversível), e de ordenar os acontecimentos em função das suas relações de antecedência e de consequência, impõe que se pergunte: independentemente da sua atitude contrária às filosofias da história, não acabaria aquela por veicular uma idéia de história que, afinal, não quebrava com os quadros do evolucionismo progressivo que, a outro nível, estas tinham teorizado? Pendemos a responder que sim. Para o provar, atente-se como esta corrente concebia não só o progresso na acepção histórico-ontológica, mas a própria idéia de progresso em historiografia.

Em primeiro lugar, partia-se da convicção de que os documentos – materializações escritas e conscientes das acções do homem – eram esgotáveis. E se se reconhecia que o seu estudo ainda era diminuto, também se acreditava que as gerações futuras poderiam esgotá-los, como se de um edifício em construção se tratasse. Em segundo lugar, por entre os interstícios da sua proclamada objectividade, encontram-se plasmados juízos de valor filhos de uma noção iluminista-republicana de história, pois se, ao nível da intenção manifesta, se perseguia a verdade, o historiador também trabalhava – consciente ou inconscientemente, pouco importa – “d'une manière secrète et sùr à la grandeur de la Patrie en même temps qu'au progrès du genre humain”.⁶ Com efeito, a análise dos escritos desta corrente permite desconstruir a ilusão da “neutralidade” das suas obras, apesar do esforço para se “esconder” a presença do *sujeito* que as elaborou. Segundo Guy Bourdè e Hervé Martin, elas acabaram, explícita ou implicitamente, por fazer a apologia de valores, sejam os de um regime (República), da Mãe-Pátria (França), do sonho de um império colonial (Argélia), ou de um universalismo republicano que, no entanto, era mediado por uma visão francocêntrica e eurocêntrica do mundo.

Além do mais, a estruturação das suas narrativas não deixou de pôr em cena conceitos que são tributários da reflexão filosófica. A par da mediação da consciência, noções correlativas como as de *método* e de *documento* foram pressupostos de que os historiadores da primeira metade do século XIX se serviram para elaborar as bases teóricas do seu discurso,

às quais foram juntando um pequeno grupo de categorias, em ordem a estruturarem o tratamento dos acontecimentos. Entre outras, foram elas as de *espaço, tempo, caos, processo*,⁷ presenças que aconselham a mitigar o seu “positivismo”.

Recorde-se que, em Portugal, Sílvio Lima – professor da Universidade de Coimbra –, já nos anos de 1940 e 1950, destacava o fato de Seignobos considerar a história como uma “ciência de raciocínios”, em particular quando escrevia, no seu ensaio *La Méthode historique appliquée aux sciences sociales*: “toute connaissance historique étant *indirecte*, l'histoire est essentiellement une science de raisonnement”.⁸ Levando em conta esta caracterização do saber histórico como um conhecimento mediato, ou melhor, “indireto”, tem sido ultimamente denunciado o empolamento que, por razões polêmicas e de afirmação, historiografias posteriores, como a dos *Annales*, fizeram das diferenças que existiriam entre a “velha história” e a “nova história”, reduzindo a primeira a uma mera arte de “cola e tesoura” e a uma epistemologia ingenuamente empirista. É que, entre o seu discurso manifesto e o trabalho de investigação (e de divulgação) que produziram, existem *nuances* que ultrapassam as suas caracterizações mais redutoras.

Embora a chamada historiografia “positivista” seja fruto da hegemonia que o cientificismo ganhou na vida cultural europeia nas últimas décadas do século XIX, os seus cultores sempre tiveram consciência dos limites da plena e total aplicação do método das ciências da natureza ao estudo da realidade histórica. Daí, as suas cautelas no que respeita à demonstração de leis e à capacidade de previsão.⁹ No fundo, quando reconstruíram representações sobre o passado não lhes faltou uma certa inquietação problematizadora, faceta que os seus anatematizadores silenciaram. Como defende Elena Hernández Sandoica, Langlois e Seignobos, por exemplo, ao escreverem que “a história, sob pena de se perder na confusão dos seus materiais, tem de obedecer estritamente à necessidade de proceder sempre por questões, como as outras ciências”, não negavam o papel hermenêutico do historiador em relação aos documentos, bem como o elo que a historiografia teria de manter com as outras ciências sociais. O equívoco acerca de tal ausência nasceu do fato de eles não terem aprofundado a reflexão sobre este intercâmbio, em parte também devido ao atraso das ciências do homem em relação às da natureza.¹⁰ Pese tudo isto, tem de se reconhecer que a sua posição é irredutível à crença na existência de uma mecânica relação entre a narrativa histórica e os fatos narrados. Como explicitamente é sublinhado por Seignobos, o discurso historiográfico devia “*représenter les choses*” e “*comprendre leurs rapports*”.¹¹

Em suma: os historiadores dos finais do século XIX tentaram afirmar o carácter científico da sua disciplina através de um método crítico – inspirada, em boa parte na tradição

do método histórico-filológico –, apto para estabelecer uma maior objectividade dos factos. Mas eles eram demasiadamente historiadores para dissimular a subjectividade em acção no seu próprio discurso. Mesmo o papel da *imaginação* não foi negado. Seignobos aceitava-o, tanto para a história, como para o conjunto das ciências humanas, porque todas as ciências sociais trabalhariam, “não sobre objetos reais, mas sobre as representações que se fazem dos objetos”. Assim sendo, a sua “matéria prima” são imagens, e estudar os factos exteriores “sans connaître les états psychologiques qui les motivent, ce serait vouloir comprendre les mouvements d'un danseur sans entendre la musique sur laquelle il danse”.¹² E, como se sabe, não pode haver compreensão sem a apreensão interior do sentido objetivamente inscrito em toda a acção humana.

Afinal, muitas das verrinas lançadas contra o “documentalismo” e o cientificismo da historiografia metódica talvez somente sejam aplicáveis às teses de um Fustel de Coulanges na sua última fase, quando defendeu o cariz analítico da investigação histórica, e incentivou o historiador a colocar-se perante os documentos como um químico no seu laboratório, porque, a seu ver, “la vérité historique ne se trouve que dans les documents”. Tese que ressuscitava a valorização do carácter perceptivo do conhecimento do passado, e que confinava a investigação, quase exclusivamente, à análise filológica dos documentos escritos.¹³

FATO HISTÓRICO E SOCIAL

Um saber histórico que desejava constituir-se como “ciência positiva”, mas que se restringia a relacionar acontecimentos singulares e irrepetíveis, jamais poderia alcançar leis universais e competir com as pretensões de cientificidade que a sociologia, com Durkheim, começou a reivindicar. Numa dada acepção, pode afirmar-se que o novo positivismo sociológico francês dos finais do século XIX e princípios do século XX se esforçou por “sociologizar” o velho conceito de totalidade – que estruturava as filosofias da história –, despindo-o, porém, de fundamentos metafísicos. Por isso, um dos seus primeiros postulados epistemológicos dizia respeito não só à defesa do distanciamento que teria de existir entre o sujeito e o objeto, mas também ao entendimento deste como uma “coisa” exterior, com poder coactivo sobre indivíduos.

Reificados os fenômenos sociais, a sociologia seria, como já Comte havia defendido, uma ciência cuja metodologia especificava e adaptava o método das ciências da natureza ao social, porque, aqui, as dificuldades de se recorrer à experimentação artificial impunham um maior uso da *comparação* e da *filiação*. Mas, se o autor do *Cours de Philosophie Positive*

ainda recusava reduzir a explicação científico-social à matemática (porque os fenômenos sociais seriam menos gerais e mais complexos do que os da natureza), Durkheim recorreu à estatística para comprovar a sua tese acerca da objetividade da dimensão holística da sociedade. E fê-lo com a análise da opção mais subjetiva que um ser humano pode praticar – o suicídio –, tendo em vista captar a existência de constantes e de repetições na sua determinação (Durkheim, *Le Suicide*, 1898). Deste modo, reatualizava o velho pressuposto da *episteme* ocidental: só existe ciência do geral. Como narração do particular, a historiografia não poderia elevar-se ao estatuto de saber nomotético, ficando, por conseguinte, sob o império da sociologia. Quando muito, a sua utilidade cingir-se-ia a auxiliar o trabalho do sociólogo.

Como se vê, embora estas teorias sociológicas também pretendessem superar a influência das filosofias da história, as suas relações com a historiografia não eram estruturalmente diferentes quanto ao modo como aquelas tinham valorizado o trabalho dos historiadores. Recorde-se que, também para Hegel, por exemplo, só um filósofo (agora transformado, científicamente, em sociólogo) poderia ultrapassar a óptica parcelar e empírica com que o historiador interpretava os acontecimentos e situar-se numa retrospectiva totalizadora, único *topos* de onde se poderia apreender a Verdade. Mas há que indagar se tal semelhança não radicava nesta outra analogia: é que tanto o discurso filosófico-histórico (em nome da metafísica), como o discurso da nova sociologia (em nome da ciência) consideravam a sociedade (diacrônica e sincronicamente) em termos holísticos, totalidade em cujo seio os indivíduos atuavam como figurantes de uma peça que não escreveram, e que os perpassava, ultrapassando-os.

Por outro lado, o objetivismo da nova sociologia tentava libertar-se de quaisquer fundamentos de raiz metafísica, em ordem a não cair nos quadros teleológicos da *lei dos três estados* de Comte. Bem vistas as coisas, as suas concepções sobre a dinâmica da sociedade não punham em causa a visão continuista e evolutiva do tempo histórico, teorizada pelas filosofias da história, pois, à sua maneira, também apontavam para um ideal de *consumação* que, em última análise, projetava idéias e valores que os seus autores defendiam para o seu presente.¹⁴ Seja porque a sociedade, desde os seus primórdios, terá evoluído da máxima homogeneidade para a mínima heterogeneidade (Herbert Spencer), seja porque esse trajeto se objetivava num trânsito que ia da solidariedade mecânica à solidariedade orgânica (Durkheim), é um fato que se está perante interpretações que só uma leitura ingênua acreditará na cientificidade que elas reivindicam. Não se tem visto na proposta spenceriana uma justificação do seu individualismo liberal, de tradição anglo-saxônica? E a solidariedade

orgânica, que Durkheim apresentava como o termo do dinamismo social no Ocidente, não terá nada a ver com o seu solidarismo republicano, espécie de uma terceira-via entre o individualismo demoliberal e o coletivismo marxista?

Todo este movimento teve repercussões fortes. Os seus ataques ao narrativismo historiográfico, o intento de se encontrar novas explicações sobre a sociedade assentes em causas exclusivamente sociais, bem como o entendimento dos fatos sociais como “coisas” e como realidades holísticas (os célebres “fatos sociais totais”, teorizados por Marcel Mauss), obrigaram os historiadores a uma posição defensiva. E, para alguns destes, os perigos não vinham somente da sociologia, mas das outras ciências sociais, cujos objetos de estudo pareciam estar a eleger temas que, anteriormente, tinham sido patrimônio exclusivo da historiografia. Referimo-nos ao que se passava em domínios como a geografia humana (Vidal de la Blache), a psicologia (Maurice Blondel, Henri Wallon) e a economia (F. Simiand), etc.

Numa perspectiva epistemológica, a crescente aceitação (intelectual e institucional) das ciências sociais prolongava a rejeição do particular e do concreto, em nome do velho pressuposto segundo o qual só há conhecimento do geral. Daí o relevo que foi dado ao equacionamento dos factos como factos sociais totais. A versão historiográfica desta ideia traduziu-se na procura de explicações sociais, de modo a que as relações entre o tempo e o espaço, físico e humano, pudessem ganhar um enfoque estrutural.

Na mesma conjuntura se inscrevem algumas das posições teóricas defendidas, a partir de 1903, pela *Revue de Synthèse* (dirigida por Henri Berr) e, particularmente, por um dos seus colaboradores, o economista François Simiand.¹⁵ Com efeito, no ensaio *Méthode historique et sciences sociales* (1903), este criticou os vários *idola* que, consciente ou inconscientemente, sobredeterminariam o trabalho do historiador, a saber: os *idola políticos* (preocupação permanente com os fatos políticos, as guerras, etc.); os *idola individuais* (hábito de conceber a história como uma história dos indivíduos, orientação concretizada no estudo das biografias, em detrimento da análise das instituições ou dos fenômenos sociais); e os *idola cronológicos* (expressos na obsessão com o estudo das origens).¹⁶ Como se vê, também nesta crítica se surpreende a presença do mesmo programa epistemológico: o historiador teria de se transformar em sociólogo. Contudo, não será descabido perguntar se este intuito de fazer erradicar os *idola* tradicionais não escondia o surgimento de novos *idola*, em particular o da explicação por causas sociais e estruturais, ou melhor, o da história total.

EXPLICAR O SOCIAL PELO SOCIAL

É conhecido o impacto que estas propostas tiveram nos historiadores que, em 1929, deram origem à revista *Annales* (Marc Bloch, Lucien Febvre). Por outro lado, a crise do modelo atomista e liberal, bem como a índole mais dramática e espetacular das crises econômicas (o seu momento máximo dar-se-á, precisamente, em 1929), vinham ao encontro das valorizações do social. Ganha assim sentido que o projeto que a animava também elege-se a historiografia narrativa e historizante como alvo a abater, bem como que se subtitulasse “*Économie, Société*”. E, não foi por acaso que os seus principais impulsionadores se rodearam de colaboradores oriundos de ciências sociais com as quais a nova história teria de dialogar (sociólogos, economistas, geógrafos, psicólogos).

Como primeira nota, destaque-se a sua intenção polémica perante o que achavam ser o modo dominante de se interpretar o passado, atitude que fez do chamado positivismo historiográfico – tipificado a partir do pensamento e das obras de Langlois e Seignobos –, o seu principal adversário. Todavia, perante o camartelo “analista”, pergunta-se: terão sido todas as suas críticas justas? E a “novidade” ser-lhes-ia exclusiva? Ou tratar-se-ia, antes, de uma tática argumentativa, comum a todas as estratégias que, desde os finais do século XIX (com as do vanguardismo em arte), procuravam conquistar o poder intelectual nos respectivos domínios?

Na verdade, além da “nova” história dos *Annales*, a história da historiografia detecta outros projetos que reivindicaram um análogo estatuto. Com Peter Burke, pode mesmo dizer-se que, apesar da “nova história” estar ligada a Lucien Febvre, Marc Bloch e, na geração seguinte da revista, a Fernand Braudel, não se deve esquecer que esta rebelião contra o modelo “rankiano-positivista” não lhes foi exclusiva. Já no princípio do século, Karl Lamprecht ganhou fama com os seus ataques ao paradigma tradicional. Por sua vez a expressão depreciativa *histoire événementielle* foi criada, nesta época, por um grupo de estudiosos ligado a Émile Durkheim e aos seus *Années Sociologiques*. A própria designação “nova história” parece datar de 1912, altura em que James Harvey Robinson publicou, em Nova Iorque, uma obra com este título (*The New history*, 1912) e onde se aproxima do ideal de “história total”, ao defender que a historiografia teria de recorrer a todas as descobertas sobre o género humano, fossem elas feitas por antropólogos, por economistas, por psicólogos, ou por sociólogos. E se, naquela conjuntura, o movimento a favor de uma “nova história” não teve êxito, tardios entusiasmos norte-americanos pelos *Annales* serão melhor compreendidos se se tiver presente este pano de fundo local.

Na verdade, hoje, a questão dos nexos entre a “nova” e a “velha” história não pode ser posta, nem em termos de radical “ruptura”, nem de uma exclusiva sucessão cronológica,

como se o que vem depois tivesse garantida a sua superioridade. Manda uma não dogmática epistemologia perceber que cabe ao futuro decidir o que é que, afinal, há de “novo” na “velha” história e de “velho” na que se autodeclara como “nova”.

A “HISTÓRIA-PROBLEMA”

Parece incontroverso que a pedra-de-toque do programa “analista” residiu no modo mais conseqüente como propugnou pela abertura da historiografia às ciências sociais e pela importância que deu ao “problema” na investigação do passado. Por outras palavras: o impacto, tanto das obras de Marc Bloch e de Lucien Febvre, como dos seus ensaios mais teóricos, foi principalmente marcante no que concerne à maior explicitação do papel do questionário na operação historiográfica, à ultrapassagem dos limites da “história historizante”, à conseqüente renovação do conceito de documento, à defesa de práticas interdisciplinares, à valorização da causalidade estrutural, e ao cariz construtivista das categorias temporais com que o historiador trabalha, vertentes posteriormente desenvolvidas por Fernand Braudel.

O relevo dado à problematização vinha reforçar a idéia de que o conhecimento histórico é um saber *mediato*, devendo a teoria desempenhar um papel motor na “construção” e interpretação dos *traços*, em ordem a transformá-los em documentos e, a partir destes, inferir fatos históricos. Como o questionário devia estar liberto de quaisquer pressupostos de índole filosófica, os *Annales* também davam continuidade às prevenções antifilosóficas, as quais, afinal, já se encontram em Ranke e na chamada historiografia positivista. Em alternativa, a realidade social teria ser socialmente explicada e/ou compreendida, único caminho que levaria a história a “ciência do homem no tempo”, estatuto impossível de alcançar dentro dos limites da “histoire événementielle” e, conseqüentemente, das suas bases epistemológicas e discursivas: o empirismo e o narrativismo.

Ora, nem sempre se sublinha que esta posição epistêmica não representava uma novidade nos debates epistemológicos então em curso, em particular os decorrentes da crise do paradigma clássico das ciências da natureza. Mais especificamente, desde os finais do século XIX, um sector forte do pensamento europeu começou a pugnar, contra os vários cientificismos, pela necessidade de se “regressar” a Kant, em ordem a repensar-se as questões da origem, limites e critérios do conhecimento, a partir dos novos desafios provocados quer pelo aparecimento das ciências sociais, quer pelas transformações ocorridas nos domínios da nova física e, particularmente, da física quântica e da teoria da relatividade.

Ao primeiro embate procurou responder a chamada corrente hermenêutica (Humboldt, Droysen, Windelband, Rickert, Simmel, Dilthey, Max Weber, etc.). Desenvolvendo premissas subjacentes ao método filológico, ao pensamento de Vico, e à própria escola histórica alemã, este movimento pretendeu contrapor à *explicação*, que seria típica do mundo externo estudado pelas ciências da natureza, a *compreensão*, via aberta pela existência de uma homologia entre o sujeito e o objeto nas ciências do espírito. Mais: se a *explicação* implica uma relação de exterioridade, *compreender* equivale, quando se trata de fenômenos sociais ou histórias, a inscrever o objeto no que Dilthey chamou um *conjunto finalístico* (*Zweckzusammenhang*) que revela a objetivação da vida. Pelo que a história não podia ser outra coisa que o “reino da vida”, na sua “objetivação no curso do tempo”.¹⁷ Em termos historiográficos, isto queria dizer que aquela relação suscitava uma simpatia intuitiva, ponto de partida para que, a partir do presente, se pudesse apreender o sentido plasmado nos *traços* deixados pelas acções humanas.

O segundo desafio teve como pano de fundo as revisões provocadas pela emergência de novos problemas e de novas escalas de observação (nova física), bem como pelos seus efeitos na credibilização do paradigma clássico das ciências da natureza, em função do relevo dado à interferência do sujeito-observador na definição do objeto e na revisão do estatuto determinístico da lei, cada vez mais caracterizada como uma probabilidade coexistente com margens de indeterminismo (Heisenberg).

Por mais estranhas que tenham sido estas discussões científico-filosóficas aos projectos da renovação da historiografia, o certo é que estes surgiram na mesma conjuntura epistemológica em que, contra os excessos cientificistas, outras propostas começavam a destacar o papel ativo que o *sujeito epistémico* desempenha na produção de conhecimentos. No entanto, como a sua matriz durkheiminiana continha uma herança positivista, tem de se perguntar se ela conseguiu emancipar-se desta última, apesar de a atacar.

A “besta negra” do seu “combate” foi, de fato, a “história positivista”, ou melhor, a chamada “história historizante”. De acordo com as versões anatematizadoras, esta era acusada de se limitar a construir relatos a partir de “acontecimentos-origem”. A “histoire événementielle” seria, portanto, uma história teleológica, dado que só a partir do fim, retrospectivamente, se poderia seleccionar e compreender os acontecimentos, embora a conceptualização que este trabalho implicava fosse recalcada, ou reduzida a um mínimo.

A “história-problema” teria mudado a perspectiva. O historiador renunciava à indeterminação do seu saber – o tempo –, e “fabricava” o seu próprio objeto de estudo através de uma operação que delimitava o período, o conjunto de acontecimentos a analisar, e os

problemas a investigar. Por outro lado, para explicar, ele tinha igualmente de romper com a narração e com os seus pressupostos ontológicos em que radicaria a “história historizante”: a unicidade e a irreversibilidade do acontecimento. É que, se este fosse único em si mesmo, impossibilitava a tecitura de relações, pelo que o historiador precisava de conceptualizar os objetos do seu questionário, mas para os integrar em redes de significação, para os tornar, se não idênticos, pelo menos comparáveis dentro de uma dada ordem temporal. Ele tinha, ainda, de “inventar” a base documental adequada à sua problemática. Só a partir desta, os *traços* se poderiam transformar em documentos e em fontes de informações, passíveis de ser sintetizáveis num outro constructo da operação historiográfica: o fato histórico.

Mesmo que não imediatamente tematizada em profundidade, a proposta “analista” implicava a existência de reciprocidades epistemológicas entre as hipóteses (problemas), os métodos, o objeto, os documentos e os critérios de temporalização. É certo que, quanto ao método (descontados os exageros polêmicos), ela não renegava a herança da crítica documental, que tinha sido iniciado em Mabillon, e que a historiografia oitocentista sistematizou. Como escrevia Marc Bloch em 1941, com Mabillon “la critique des documents d'archive fut définitivement fondée”.¹⁸ Todavia, se esta era a metodologia específica da historiografia, ela não só não bastava, como não era suficiente a ideia tradicional de documento, porque reduzida ao seu suporte escrito (diplomático).

Tudo o que fosse *traço* do passado poderia ser elevado a documento, assim como os métodos usados nas diversas ciências poderiam coadjuvar a retrospectiva do historiador, desde que eles revelassem ser o caminho correcto – recorde-se que “método” é, tão-só, caminho – para responder, de uma maneira proficiente, aos problemas colocados. Daí que não surpreenda o permanente diálogo que os *Annales* mantiveram com os restantes domínios do saber (na sua primeira fase, porém, privilegiavam a geografia e a economia e, a partir dos finais dos anos de 1960, a antropologia), atitude que terá em Fernand Braudel o seu melhor teorizador, principalmente quando, contra os novos imperialismos epistêmicos (que vinham de outras ciências sociais), ele reivindicou, para a historiografia, um papel de instância federadora de todas elas.

O CAUSALISMO ESTRUTURAL

Bem vistas as coisas, esse já tinha sido o conselho dado por autores como Durkheim e F. Simiand. E, ainda que num outro contexto, Lévy-Strauss retomou-o, para demonstrar que da singularidade e da irrepitibilidade, que caracterizariam a noção de fato histórico, não

poderia resultar qualquer saber universal. Com efeito, o nível empírico em que o olhar do historiador se situaria, impedi-lo-ia de captar invariáveis e, por isso, de recorrer a modelos que a sociologia (e a economia) utilizavam, e que a nova antropologia cultural estava a levar às últimas conseqüências, ao supor a onipresença de estruturas sincrônicas na diacronia social, e ao denunciar, simultaneamente, a concepção continuista do tempo, tida por um modo fraudulento de tecer o fio da história.¹⁹

Coube a Braudel, grande continuador do magistério de Marc Bloch e Lucien Febvre, de contra-atacar. Irá fazê-lo mediante uma argumentação táctica, apostada em provar que a história também se podia constituir como um saber estrutural, desde que privilegiasse problemáticas situadas na longa duração e as tratasse em termos interdisciplinares. Portanto, e como bem assinala François Dosse, “la réponse de Braudel à Lévy-Strauss et aux sciences sociales en général ne se limite à leur opposer la longue durée comme structure, mais consiste à pluraliser la dimension temporelle. Le temps se décompose en plusieurs rythmes hétérogènes qui cassent l'unité de la durée.”²⁰

A idéia de estrutura reatualizava a de totalidade, característica nuclear do pensamento histórico e sociológico de cariz holístico. As variações diziam sobretudo respeito à definição dos seus determinantes, aos elos internos dos elementos apresentados como seus constituintes, bem como à maneira como aquela era articulada (ou não) com a duração e com a mudança. E esta posição também encerrava numa crítica às filosofias da história. Mais concretamente, opunha a idéia de “estrutura” à de “substância”, núcleo fundante da coerência daquelas últimas, as quais, em última análise, se soldavam numa teleologia de cariz prognóstico.²¹ Nelas, a “substância” seria sempre idêntica a si própria, mesmo quando se objetivava como tempo; ao invés, o novo conceito de “estrutura” seria inseparável da multiplicidade interna e relacional que a constituía. E, enquanto a “estrutura” poderia ser pensada sem a remissão para qualquer sujeito (substrato) determinante e nela omnipresente, o princípio metafísico de totalidade seria de raiz essencialista e de vocação potencial, aparecendo a historicidade como sua mera actualização no tempo,²² pois, num universo que subsistia por si mesmo, as mudanças só podiam ser entendidas em termos de potência e de acto, ou de substância e acidente, nexos igualmente invocados para se inteligir a sucessão do tempo histórico. Isto é, tal como não podiam existir fenómenos sem as *coisas em si* que os sustentavam (Kant), também não existiriam acontecimentos sem um suporte nomenal. E as filosofias da história acreditavam que a razão os podia tornar transparentes e elevá-los a fonte da própria *praxis*. Daí que todas elas conferissem sentido ao tempo, mediante a postulação de um sujeito imanente – a “primeiro motor” –, do qual os eventos seriam manifestações exteriores e

transitórias.²³ Mas daí, também, que o “estruturalismo”, não obstante prometer a ruptura com esta maneira de explicar as relações entre a finitude histórica e a imanência, acabasse por entificar a “estrutura”, caindo numa espécie de novo “eleatismo”.

Nesta maneira de ver, o objecto a investigar devia ser abordado, não como uma série de acontecimentos unidos por um sujeito, um suporte, mas como um sistema, communmente definido por um conjunto de relações, racionais e interdependentes (causalidade estrutural), cuja realidade seria demonstrável através de uma teoria. Portanto, mais do que como uma concepção ontológica, o “estruturalismo” afirmava-se como uma posição epistemológica movida por uma pretensão mais regional do que a das teses substancialistas, dado que a “estutura” seria sempre estrutura de alguma coisa.²⁴

De qualquer modo, afirmar que o mesmo se realiza através do diferente e do mutável, ou sustentar que ele se mantém sempre idêntico a si próprio na auto-suficiência interna das suas relações, era dizer algo que, no seu aparente antagonismo, conduzia a um resultado parecido com o das filosofias da história, a saber: a explicação do individual e do concreto e, logo, do histórico, como uma espécie de epifenómeno emanado de um fundo imutável. Mas os esforços de Braudel para ultrapassar o “eleatismo” dos antropólogos, destacando o papel da duração, terão conseguido ultrapassá-lo? A sua resposta às “sciences humaines impérialistes” encontra-se, na prática, nos pressupostos que alicerçaram a sua obra magna, *La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II* (1949), assim como no célebre ensaio “La longue durée”, de 1958.²⁵

Enfatizando, contra as concepções continuísta, lineares e progressivas da história, o carácter “construído” das temporalizações com que o historiador opera, Braudel – tal como já antes o havia feito Georges Gurvitch, um discípulo de Proudhon, Marx e Durkheim – fragmentou o tempo (tempo longo, conjuntura e acontecimento), numa descontinuidade em que, porém, valorizou a primeira perspectiva, por ser a mais ajustada a uma interpretação estrutural do passado. Em suma: “Braudel, comme Lévy-Strauss, renverse la conception linéaire du temps qui progresse vers un perfectionnement continu, il lui substitue un temps quasi stationnaire où passé, présent et avenir ne diffèrent plus.... Seul l'ordre de répétition est possible, il privilégie les invariants et rend illusoire la notion d'événement”.²⁶

A direcção do tempo histórico deixava de ser ditada por uma origem e por uma finalidade potencial e imanente, cuja consumação se daria num período ideal, situado fora dele, ou no seu termo, e para a qual, assimtoticamente, se estaria sempre a caminhar. Como alternativa, exigia-se uma balizagem feita a partir de indicadores mensuráveis, tais como a densidade populacional, a produção agrícola ou industrial, a área cultivada, as taxas de

urbanização e de alfabetização, etc. Daí, também, a necessidade de se recorrer a métodos quantitativos e de se determinar escalas de temporalização: se os elementos da sequência serial fossem constantes, estar-se-ia perante um tempo estacionário, se revelasse recorrências, a temporalidade seria cíclica; e se mostrasse crescimento, ou decorresse de um modo monótono, seria linear e cumulativa. Por conseguinte, o sentido do tempo histórico não radicaria em fundamentos apriorísticos; isto é, ele não mais devia ser postulado, mas antes verificado. Logo, menosprezando as periodizações de cariz cronológico, exigia-se a distinção, demarcação e relacionamento da pluralidade de tempos.²⁷

O relevo dado à longa duração e ao estudo das relações materiais não era fruto, porém, de qualquer filosofia materialista da história. Esta padeceria dos mesmos pecados das filosofias idealistas. No entanto, a ênfase conferida à análise do *primeiro nível* (económico-social) não deixou de influenciar muitos dos historiadores que, com maior ou menor ortodoxia, navegavam nas águas do marxismo, como se só faltasse ao “paradigma dos *Annales*” a inserção da luta de classes.

O ESTRUTURALISMO MARXISTA

Recorde-se que autores com Louis Althusser,²⁸ Étienne Balibar, Jacques Rancière e outros, tentaram rever o pensamento de Marx, pondo-o em diálogo com os “estruturalismos” então em voga. A seu ver, o pensador alemão teria sofrido uma *ruptura epistemológica* (conceito de origem bachelardiana) a partir de 1845. É que os seus escritos de juventude seriam ainda tributários da problemática da filosofia política de Kant e Fichte, assim como da inversão antropológica (homem genérico) que Feuerbach havia feito da teoria hegeliana da alienação. Polarizado à volta de conceitos metafísicos como “liberdade”, “alienação”, “emancipação”, “essência da humanidade”, o ideário do jovem Marx movia-se, então, dentro da problemática do demoliberalismo setecentista e das filosofias à luz das quais a história aparecia como um percurso que, de uma maneira alienada (na acepção hegeliana-feuerbachiana do termo), objetivava a essência do homem, de acordo com o finalismo que apontava para a superação das suas contradições, até se alcançar o estádio terminal, onde o homem, finalmente emancipado, se realizaria como homem total.

Após 1845, Marx teria passado a aplicar novos conceitos, num trabalho teórico que desaguará na sua obra maior, *O Capital*. O seu conceito-chave (materialismo histórico) encontrava-se no “modo de produção”, caracterizado – contra a redução economicista – como uma totalidade complexa, tensional e hierarquizada, em que à infra-estrutura era atribuída a

constante função de determinar, em últimas instâncias, a posição das super-estruturas (políticas, ideológicas), embora tal determinação pudesse exigir ao econômico o desempenho do papel dominante na reprodução das relações sociais de produção, tal como estaria a acontecer no capitalismo. A “separação” da força de trabalho do controle dos meios de produção e do destino do produto obrigava os trabalhadores a venderem, “livremente”, a sua força de trabalho, pelo que a reprodução do sistema dispensava a ação coativa e direta das instâncias político-ideológicas.

Para explicar a complexidade, tensão e hierarquização que estruturavam, internamente, o modo de produção, Marx recorreu a novos conceitos, a saber: “formação social”, “infra” e “super-estrutura”, “força de trabalho”, “meios de produção”, “forças produtivas”, etc. Da sua articulação – que ele, porém, nunca chegou a sistematizar – nasceu um novo continente científico, o materialismo histórico. No entanto, este, enquanto teoria, não podia ser confundido com uma leitura empírica e de senso comum do real (modalidade de discurso ideológico), porque constituía um nível abstrato-formal de explicação.

No entanto, não se enganam os que têm visto nesta interpretação mais uma das versões cientificistas do marxismo, agora metamorfoseada numa espécie de *logomaquia*, ou melhor, num conceptualismo extremo, que acabava por reproduzir o panlogismo hegeliano, que criticava, despedindo-o, porém, da sua metafísica. A conceptualização e a lógica interna entre conceitos descontextualizavam e deshistoricizavam a teoria, características que só deviam ser mais particularizadas quando se descesse ao estudo específico das sociedades concretas, isto é, quando se passasse do nível abstrato-formal para a análise das “formações sociais”. Dir-se-ia que só na correlação entre todos estes níveis (empírico, abstrato-formal, abstrato-concreto) o materialismo histórico atuava como ciência.

Já ficou identificado um dos alvos críticos desta proposta: a interpretação economicista do materialismo histórico. Fosse na sua versão reformista e social-democrata – que colocava, não as relações sociais, mas o desenvolvimento das forças produtivas como “motor” da história –, fosse na sua vertente estalinista (com a sua redução da super-estrutura a epifenômeno da infra-estrutura), Althusser contestava todas as interpretações que viam a economia como uma espécie de nova essência, potência que ditaria, mecanicamente, o sentido do devir. Ao mesmo tempo, alvejava outras faces destas leituras: o historicismo e o humanismo. Para isso, reivindicou a autonomia das instâncias dentro da totalidade social, ao mesmo tempo que sublinhou o seu relacionamento recíproco e irreduzível a um causalismo uni-linear, substituindo-o por um causalismo estrutural decorrente do jogo da *determinação* e da *dominância*.

Todavia, contra o estruturalismo de Lévi-Strauss e de Michel Foucault, ele inscrevia a tensão no seio da própria estrutura, em ordem a que o modelo teórico pudesse explicar as descontinuidades, dando guarida ao conceito de revolução. Contra as interpretações humanistas, lembrava que a posição dos indivíduos na sociedade era fixada pelas relações sociais de produção e, como estas eram antitéticas, o conceito de “luta de classes” – “motor da história”, segundo o *Manifesto comunista* (1848) –, devia ser explicado socialmente e colocado no posto de comando.

Por conseguinte, colidiria com a epistemologia marxista caracterizar os seus conceitos em termos antropológicos e psicológicos (como o fazia, por exemplo, leituras historicistas-hegelianas de Marx, como as de George Luckács, em *História e consciência de classe*). Para Althusser, o marxismo não era nem historicismo, nem humanismo. Antes, teria antecipado, de um modo mais consequente e sólido, a exigência de Durkheim – os conceitos sociais só socialmente podem ser definidos –, mostrando que as relações objetivas e estruturais ditavam que os indivíduos, independentemente da sua vontade subjetiva, se distribuíssem por classes, e respectivas “facções” e “camadas” sociais, cabendo à ideologia, com a sua função representativa e interpelativa, transformá-los em *sujeitos* (ilusoriamente) *livres*, porque crenes na auto-transparência do *eu*. Na esteira de Nietzsche, e tal como Foucault, Althusser também se fez profeta de uma teoria que anunciava a “morte” do homem. O antropocentrismo, nas ciências sociais, não seria mais do que uma herança, invertida, da “morte” de Deus, ou melhor, de uma contraditória teologia do homem. O mito do “homem genérico”, mesmo tendo como épico protagonista o proletariado, constituía uma mistificação, inoculada pela ideologia burguesa dominante.

As relações entre os indivíduos não deviam ser encaradas como um campo aberto à mobilidade social – ao contrário do que defendia o funcionalismo sociológico —, e se a estrutura denotava alguma coesão, isso devia-se ao papel cimentador da ideologia. Produto social, a esta se reconhecia uma atuação autônoma, embora atravessada por contradições. Cada classe, fração e camada social produzia a sua ideologia (e sub-ideologias) própria. Mas, no terreno mais amplo da luta de classes, a da classe dominante tinha poder para se transformar em ideologia socialmente dominante (através do que Althusser denominou “aparelhos ideológicos de Estado”), subsumindo, subalternizando e adulterando, assim, a ideologia da classe dominada. Neste contexto, entende-se que, na linha de Lenin, só a teoria pudesse ser instrumento conceptual capaz de iluminar as práticas tendentes a revoluciar a ordem estabelecida.

Partindo de Marx (*Ideologia Alemã*), Althusser caracterizou a ideologia (enquanto conceito abstrato-formal) como uma configuração de ideias, valores, atitudes e comportamentos que, ao criarem representações ilusórias e mistificantes, tornavam opaca a explicação do real. E, ao invés do que afirmavam os anunciadores da sua “morte”, bem como os marxistas que anteviam o “homem total” como uma personalidade liberta da mistificação ideológica, a sua gênese seria uma necessidade estrutural. Só as ideologias concretas (a das classes sociais historicamente consideradas) desapareceriam.

O antropocentrismo e a crença na auto-transparência do sujeito seriam, portanto, criações ideológicas, exemplarmente expressas nas filosofias do *cogito* (desde Descartes), nas teorias jurídico-políticas de base contratualista, e nas filosofias da história. De certa maneira, a ideologia burguesa contrapunha-se à lição das ciências, já que todas as grandes revoluções epistemológicas modernas (Copérnico, Darwin, Freud) se estribavam na descentração do sujeito. E Marx teria dado à luz um novo continente científico — o materialismo histórico —, pertencendo ao materialismo dialético, enquanto prática teórica, o papel de vigia e de crítico das deturpações economicistas, humanistas e historicistas do materialismo histórico.

Compreende-se, deste modo, que Althusser tenha descrito a história como um processo sem sujeito e sem teleologia, isto é, sem qualquer fundamento, do qual o tempo histórico seria uma contínua objetivação, num percurso que terminaria na consumação da sua essência. A necessidade de se pensar as diferenças e a autonomia das instâncias, assim como a complexidade das formações sociais, invalidava qualquer temporalização estritamente linear e requeria a relevação de coexistências temporais, pois, nas sociedades concretas, os indivíduos nunca são, em termos de estágios de desenvolvimento social, contemporâneos uns dos outros.

Diferente era o modelo apresentado pela vulgata estalinista. A história universal apareceria delineada como uma sucessão de modos de produção que, finalisticamente, iam desde o comunismo primitivo e o escravismo até ao modo de produção capitalista, do seio do qual brotaria a revolução e a sociedade socialista, período de transição que, tarde ou cedo, desaguaria no estádio terminal: o comunismo. E este era apresentado como a síntese definitiva de todas as contradições anteriores, como já estaria a acontecer na União Soviética.

Não por acaso, os althusserianos procuraram demolir esta concepção, apresentando um itinerário descontínuo do caminho percorrido pelos modos de produção, e rejeitando as explicações inspiradas no causalismo linear e teleológico (Étienne Balibar). Compreende-se. Mesmo em nome do materialismo, o esquema anterior não ultrapassaria a tradição metafísica das filosofias da história, reproduzindo a ideologia burguesa do homem genérico e do seu

corolário maior: o mito da história universal. Althusser, porém, também atacava o historicismo, para se demarcar do “eleatismo” que caracterizaria os outros estruturalismos.

Por sua vez, alertava para os efeitos reformistas que decorriam da leitura humanista e economicista do dinamismo social, pois, como o Marx do *Manifesto comunista* (1848), ele também gostava de citar que o “motor” da história, nem era o mecânico desenvolvimento das forças produtivas, nem o homem (abstratamente considerado), mas a luta de classes. As qualificações antropológicas seriam uma construção da ideologia, que agia – afinal, num hegelianismo anti-hegeliano – sobre os indivíduos com uma espécie de “gênio maligno da desrazão”, em permanente combate contra a força revolucionária da teoria, única arma apta para apontar o caminho da verdade, conquanto a sua vitória não estivesse garantida de antemão. Tudo se jogava no complexo campo da luta de classes; o que exigia – como em Marx e Lenin – a aliança do materialismo histórico com a classe operária politicamente organizada.

Foi forte o impacto da leitura althusseriana durante a década de 1970 no interior do pensamento marxista ocidental. Por um lado, ela vinha ao encontro dos apelos para o “renovamento de Marx”, a fim de o compaginar com as transformações ocorridas na sociedade ocidental e no campo dos debates filosóficos e científicos em curso; por outro lado, respondia às propostas inovadoras, vindas de outras regiões — sobretudo dos efeitos do maoísmo e das propostas de Gramsci –, no sentido de se relevar a importância das superestruturas. Mas o seu impacto também decorreu das polêmicas que suscitou, mormente em França e em Inglaterra. Neste último país, um grupo de filósofos (John Lewis) e de historiadores contestou o anti-humanismo teórico de Louis Althusser, ao mesmo tempo que invocou a tradição anti-economicista e de valorização do papel das superestruturas há muito existente no marxismo britânico e exemplarmente expressa em obras como as de Edward P. Thompson, Eric Hobsbawm, Christopher Hill, Rodney Hilton, Raphael Hill, Maurice Dobb, Perry Anderson.

A voga althusseriana – em correlação com a onda estruturalista – contribuiu, igualmente, para o bloqueamento, nos países de maior influência cultural francesa, do eco de outras propostas, como a teoria crítica da Escola de Frankfurt, o pensamento de Walter Benjamin, ou o utopismo de um Ernst Bloch, ao mesmo tempo em que, prolongando uma pretensão científicista de cariz nomotético, ajudou a secundarizar o estruturalismo genético de Lucien Goldman, assim como as problematizações sobre o estatuto epistêmico das ciências sociais oriundas do campo hermenêutico. No domínio das ciências sociais francesas, prova-o a modesta recepção de reflexões tão importantes como as de Max Weber e, no caso mais

concreto da teoria da história, de Raymond Aron e de Henri Marrou, bem com o tardio reconhecimento da importância dos estudos de Paul Ricoeur.

Sintetizando os alvos comuns aos vários estruturalismos, poder-se-á então dizer que todos eles anatematizaram o humanismo e o historicismo, pressupuseram uma concepção descontinuísta do tempo histórico, e conferiram, mesmo quando a negavam, alguma entificação à estrutura, incitando, dentro da tradição holística, a considerar o individual e o concreto como um mero suporte relacional da totalidade.

AS REFORMULAÇÕES DO PROGRAMA “ANALISTA”

No entanto, e no que à historiografia concerne, há que perguntar se a “escola de *Annales*”, independentemente dos cânones em que se estribava, não transportava consigo – como prática de exorcização da morte que é – o desejo de “enterrar” o acontecido. Mesmo a chamada “história de cola-e-tesoura” – a caricatura da história factual – era selectiva e punha em acção um certo ordenamento narrativo dos factos históricos, prática discursiva que, à sua maneira, também anulava a singularidade *événementiel*, ao inscrevê-la numa sucessão tida por homogénea e universal. Dito de outro modo: sendo, inevitavelmente, uma construção retrospectiva, todo o discurso historiográfico acaba por enclausurar os acontecimentos no “museu da história”. Em certo sentido, algo de parecido ocorria com a análise estrutural, residindo a diferença na circunstância de, nesta, a neutralização da unicidade do evento se dar através de compensações *homoestáticas*, resultantes da procura de um equilíbrio entre a multiplicidade dos factores, provocada por temporalidade diferentes, embora relacionáveis entre si.²⁹

Seja como for, não se pode pôr em dúvida que a sobrevalorização da estrutura contribuiu para o renovamento da historiografia. As leituras do passado, feitas na perspectiva da longa duração, permitiram apreender relações nas quais os acontecimentos estariam para a estrutura como a espuma das ondas está para o movimento do mar que as suscita (F. Braudel). Mas, em polémica com algumas sugestões estimuladas pelos problemas do tempo presente (emergências de novos actores sociais – mulheres, estudantes, marginais –, guerras de libertação nacional, guerra do Vietname), e ecoando o debate em curso nos vários campos científicos (linguística estrutural, psicanálise lacaniana), a historiografia dos finais do século XX teve de levantar novos problemas e ultrapassar o campo restrito da história económica e social. Sintomaticamente, o próprio subtítulo da revista *Annales* foi alterado, passando a designar-se “*Économie, Société, Civilisations*”.

Surgiu, em suma, uma maior sensibilidade em relação a questões anteriormente tratadas por outros historiadores (Michelet, Huizinga e, aqui e ali, Lucien Febvre). Assim, sob o eco do estruturalismo, assitiu-se a um deslocamento paradigmático e a um alargamento do questionário. Se, nas décadas de 1930 e 1960, a economia e a geografia constituíram os saberes que a interdisciplinaridade da nova historiografia mais privilegiou, nos finais dos anos de 1960 e, com mais força, nos anos de 1970 e 1980, esse lugar foi ocupado pela antropologia cultural. Por sua vez, no terreno dos marxismos, o efeito althusseriano, ao sublinhar – contra as interpretações economicistas –, quer o valor autónomo tanto das superestruturas, quer a existência de temporalidades diferenciadas dentro de uma mesma formação social, apontou, objectivamente, para uma direcção parecida. E, todo este clima impulsionou os historiadores a, sem abandonarem o *primeiro nível* (o económico-social), subirem, sem complexos, aos andares superiores do político e do ideológico, ou melhor – utilizando a terminologia anglo-saxónica – ao cultural e, na francesa, ao campo da cultura e das mentalidade, isto é, ao chamado *terceiro nível*.

Dentro do movimento “analista”, esta mutação – reveladora de uma grande capacidade táctica de sobrevivência – foi oficializada pelo grupo que, em 1969, sucedeu a Braudel na direcção da revista: André Burguière, Marc Ferro, Jacques Le Goff, Emmanuel Ladorie e Jacques Revel. A sua tradução programática encontra-se no número especial que saiu em Maio-Agosto de 1971 dedicado ao tema “Histoire et structure”, e onde se defende a compatibilização da análise histórica com as exigências estruturais, mesmo que aplicadas ao estudo da cultura material das sociedades. Para isso, o historiador, tal como o antropólogo, também teria de eleger como seu objecto estruturas invariáveis, como as que enformam o inconsciente das práticas colectivas, orientação que conduzia a uma maior antropologização do discurso historiográfico. O que não espanta, já que essa foi também a conjuntura em que “les historiens se plongent dans les délices d'une histoire des permanences, et l'historiographie privilégie à son tour la figure de l'Autre par rapport à l'image rassurante du Même. L'Autre, la différence, qui étaient recherchés, jusque-là sous les tropiques par les anthropologues deviennent objects de la quête historique, cette fois sous l'épaisseur du passé à l'intérieur de la civilisation occidentale”.³⁰

Abriu-se, com sucesso, a vasta problemática da história da cultura e das mentalidades, terreno que consolidará o poder institucional e paradigmático do “movimento analista”. E obras colectivas como *Faire l'histoire* (2 vols, 1974) e *La Nouvelle histoire* (1978) foram publicadas para consagrar novas gerações, fixar heranças, e definir novos programas e

metodologias, mas tendo por fito cumprir a lição braudeliana: federar o plural espaço epistémico das ciências sociais.

A mutação assinalada não foi a última nos anais recentes da revista. A contestação contemporânea das hegemonias paradigmáticas e os efeitos político-sociais dos modelos holistas e das suas pretensões científicas estiveram na base de novas revisões, atitude acicatada pelo mais recente reconhecimento do papel não só da narrativa, mas também do sujeito e dos acontecimentos na operação historiográfica.

Foi Lawrence Stone quem lançou a polémica sobre a narratividade, abrindo um debate que envolveu outros intervenientes e que irá ter em Hayden White o seu principal teorizador. Segundo Stone importava perceber que a narrativa não é uma componente gratuita da “escrita da história”, já que ordena os factos históricos de acordo com uma sequência cronológica, enquadrando o conteúdo numa narração singular e coerente, através do uso de sub-argumentos ou intrigas secundárias, perspectiva bem diferente da estruturalista. É que o seu *arrangement* é mais descritivo que analítico, elegendo, para seu objecto central, mais o homem concreto do que as suas circunstâncias. Daí, a necessidade de o historiador se abrir ao particular e ao específico, com o consequente doseamento do colectivo e do estatístico.³¹

SOB O SIGNO DOS “REGRESSOS”

Como causa primeira deste “regresso” à narrativa, Stone assinalou o crescente descontentamento com os excessos do determinismo económico, assim como o relativo fracasso da quantificação, que dirá muito acerca do *quê*, mas pouco elucidada sobre o mundo dos *porquês*. Por sua vez, as mudanças paradigmáticas no campo das ciências, incluindo as da natureza, desencadearam revisões no princípio de causalidade, assim como no determinismo e no universalismo que as credibilizava. Consequentemente, os historiadores também começaram a ter em conta a indeterminação e a reconhecer que, na vida social, devido à existência de múltiplas variáveis, somente se pode fazer generalizações de alcance médio, o que enfraquece a pretensão prognóstica. Outras transformações, entretanto ocorridas no campo epistémico, não foram de menor importância para a historiografia, porque fizeram diminuir o valor paradigmático da sociologia, da economia e da geografia, a favor da antropologia (em particular a representada por obras como as de Clifford Geertz, Evans Pitchard, Mary Douglas, Victor Turner, etc.) E tudo isto conspirou para a existência de uma curiosidade intelectual em relação a problemáticas ligadas à história das mentalidades e convidou a que se alterasse o “jogo de escalas”.

Estas críticas, interligadas à desmontagem das repercussões políticas e sociais provocadas pelas interpretações científicas e holistas da sociedade, acentuaram, de facto, a crise do paradigma “analista”. Simultaneamente, a longevidade do movimento transformou as *Annales* num objecto da própria história da historiografia, perspectiva que não deixou de relativizar o seu significado e de inserir as suas estratégias teóricas (e de poder) nos respectivos contextos.³² E alguns destes balanços não são exclusivamente positivos. A par dos contributos indiscutíveis que a aventura iniciada por Marc Bloch e Lucien Febvre trouxe para o renovamento da historiografia, a sua gradual adopção como “cânone” dominante também gerou efeitos negativos, mormente: a desvalorização excessiva da historiografia imediatamente anterior, numa tática polémica que visava afirmar a sua novidade; o bloqueamento da história política, cultural e de outros géneros (como a biografia) durante muitas décadas, assim como a definição da realidade social em termos que são ainda uma herança do cientificismo e, logo, do positivismo, apesar de a terem combatido; a “massificação” e a anulação do papel dos indivíduos no devir histórico, subsumidos no autofuncionamento de estruturas sem rosto; o economicismo e o determinismo subjacentes a algumas das interpretações económico-sociais e geográficas; a ideia de “história total”, embora cada vez mais apresentada como uma espécie de ideal epistémico, e não tanto como um programa passível de ser plenamente concretizado; a desvalorização do cariz da narrativa, como se a forma também não fosse um conteúdo. Por outro lado, não deixou de ter consequências o facto de, crescentemente, o movimento ter conseguido conquistar posições de poder (universitário, político, editorial, *mass-media*), bem longe da atitude contestatária dos fundadores.

Faltar-se-ia à verdade se não se reconhecesse aos continuadores do movimento algum bom senso autocrítico. Eles, depois dos excessos da miragem científica – que o modelo estrutural prolongou –, não ficaram indiferentes ao que se passava em seu redor. Isto é, após o domínio da história económico-social e do “paradigma braudeliano” e quantitativista, ganharam nova actualidade – conquanto com outros enfoques epistemológicos – as questões políticas, culturais, religiosas, e foram lançados novos olhares sobre o conceito de acontecimento.³³ Modificações que, como se assinalou, vieram a repercutir-se no interior da própria revista.

De facto, são barômetros destas alterações – que indiciam a existência de um certo distanciamento no que concerne a alguns excessos anteriores – os seus números temáticos sobre “Histoire et sciences sociales. Un tournant critique” (*Annales ESC*, n.º 2, mars-avril, 1988) e “Histoire et sciences sociales”: (*Ibidem*, n.º 6, novembre-décembre, 1989). Aí se

tematiza a relação entre a estrutura e o acontecimento, conceitos que deixaram de ser considerados como estando dicotomicamente associados a duas ordens distintas e hierarquizadas de fenómenos: a económico-social e a política, cabendo à primeira a posição mais importante. Nesta revisão, o último passou a denotar tudo o que surge, tudo o que muda, qualquer que seja a sua ordem de realidade e escala temporal. Ele é construído pela própria narração e, em última análise, visa responder a esta questão decisiva: “O que é que se passou?” Por sua vez, voltou-se a sublinhar que a estrutura é, tão-só, um constructo do questionário, tendo em vista responder à pergunta: “Como eram as coisas?”. Assim sendo, de acordo com a *intriga* escolhida, um mesmo dado, tanto pode ser reconstruído pelo historiador segundo uma perspectiva de *estrutura*, como de *acontecimento*.³⁴ Modo de aceitar que a problemática historiográfica — como, aliás, a de todas as ciências sociais — é um jogo de perspectivas que se situa entre o *porquê* e o *como*, isto é, entre o explicar e o compreender, combinatória que é inerente ao seu estatuto epistemológico.³⁵

Diga-se que alguns historiadores já tinham procurado combinar o valor do *événement* e da curta duração com as análises quantitativas e seriais, tendo em vista explicar o processo de desconstrução das estruturas. Por exemplo, Michel Vovelle, pondo em diálogo o marxismo com as teses dos *Annales*, distinguiu entre a dimensão “fria” da longa duração e a irrupção, em certas conjunturas, de “tempos quentes”. Dimensão que não podia ser negligenciada, pois, muitas vezes, ela constitui um sintoma de tendências mais longas e que, por isso, só posteriormente se tornarão dominantes, como foi o caso das mutações ocorridas nas atitudes e comportamentos em relação à morte, ainda débeis no século XVIII, mas que atingirão uma maior visibilidade nos meados de Oitocentos.

O estruturalismo de Michel Foucault, ao invés do modelo de Lévy-Strauss, não irá subsumir o valor da história, mormente a partir dos inícios dos anos de 1970, quando ele começou a dar uma orientação menos arqueológica e mais genealógica às suas investigações. Com efeito, ao estudo dos elos existentes entre o discurso e o poder, ele acrescentou os respeitantes ao corpo, superfície de inscrição dos acontecimentos, convidando a fazer-se as devidas articulações entre discurso, poder, história e corpo, a fim de melhor se patentear as formas de sujeição, isto é, os mecanismos de *disciplinaridade* e de *governabilidade* produzidos pelas sociedades modernas. Não surpreende, assim, que o seu trabalho — particularmente *L'Histoire de la folie* e a *Histoire de la sexualité* — tenha sido apropriado por alguns historiadores de ofício.

Ora, independentemente destas influências, deve salientar-se que Foucault sempre protestou contra a filiação do seu campo de análise no terreno dos historiadores. O seu

propósito era diferente, dado que tinha por objecto, não as estruturas sociais, mas o discurso sobre a tensão entre o verdadeiro e o falso. Dir-se-ia que manteve esta preocupação central: demonstrar que as irrupções de “marginalidade” e de “anormalidade” mais não são que expressões confirmadoras da ordem disciplinar. Tem assim razão François Dosse quando conclui que, no plano das apropriações, o diálogo dos historiadores com o último Foucault continuou a ser um diálogo de surdos, porque ele “ne fait que traverser quelques chantiers d'histoire en philosophe, dont l'object premier est de montrer que l'instance globale du réel, chère aux historiens, est un leurre qu'il faut démystifier”.³⁶ É indiscutível, porém, que ele acabou por contribuir, não só para a “événementisation” das leituras do passado, mas também para a valorização de novas problemáticas, como a dos fenómenos marginais e a dos *micro-poderes*, assim como para a desconstrução, no próprio terreno historiográfico, das concepções de tempo histórico.

O CAMINHO PLURAL DA HISTORIOGRAFIA CONTEMPORÂNEA

Tem-se colocado todo este processo sob o signo do “regresso” e da multipolaridade. Fala-se em “regresso”, porque a contestação aos excessos da história estrutural e holística, assim como ao determinismo (directo, ou “em última análise”) conduziu à reentrada do *sujeito* como agente da história e como mediador na produção do conhecimento; o que arrastou o reaparecimento da dimensão política e institucional das relações sociais. Mas também se utiliza essa expressão para qualificar as críticas às leituras excessivamente abstractas e quantitativas, as quais, devido à mutação de interesses e de expectativas decorrente da própria historicidade das problemáticas historiográficas, viram diminuídas as suas capacidades de convencimento. Como alguns historiadores – sobretudo de origem italiana – procuraram demonstrar, o deslocamento de “escalas” também permite micro-análises cognitivamente ricas. Por outro lado, o aumento da suspeita sobre a validade de teses alicerçadas numa visão excessivamente racionalista do homem renovou esta convicção: no discurso histórico, as relações entre o significante, o significado e o referente não são miméticas, porque são indissociáveis. A esta posição se tem chamado o *linguistic turn*, ou, talvez melhor, o “regresso da narrativa”.

Por sua vez, a multipolaridade brotou da descredibilização do universalismo abstracto e eurocêntrico, visão típica do modo como a modernidade ocidental se pensou a si mesma. E as exigências de descentração e de complementaridade, que se encontram em outros domínios da investigação social (em particular, na antropologia cultural), também se reflectiram no campo

historiográfico. O que deu origem a uma pulverização temática e metodológica, na qual a escolha dos problemas já não pretende ilustrar uma (pretensa) verdade universal fixada abstractamente por qualquer filosofia da história, ou teoria tida por científica, universal e definitiva. Com efeito, não mais se selecciona o particular para o subsumir numa totalidade, pois cada parte tende a ser vista como o todo de si mesma.

O melhor expoente desta nova atitude surgiu em Itália, com a *micro-história* (G. Ginzburg, G. Levi), e estava alicerçada na redução da escala de observação, na reinvenção do material utilizado, e na lição da nova antropologia cultural (Clifford Geertz). Contra os exageros da visão estruturalista e das leituras quantitativistas, esta corrente propôs-se analisar os fenómenos sócio-antropológicos na sua vertente histórica, situando-os, porém, na pequena escala, a fim de melhor se poder captar relações (balizadas no espaço e no tempo) e, portanto, processos mais gerais e típicos. São bons exemplos os seus resultados no estudo de problemas como a introdução do tear, o artista como receptor do mundo, as estratégias matrimoniais, as mundivências, etc. Daí que esta posição se aproximasse muito da “história do quotidiano”, sobretudo a cultivada na Alemanha, na mesma conjuntura.

Em suma: a *micro-história*, embora não tivesse um corpo teórico rígido, relevou novas perspectivas ricas de significado, a saber: a redução da escala; o debate sobre a racionalidade das estratégias que comandam as escolhas dos indivíduos; a elevação do *indício* a documento; o destaque dado ao papel do particular (sem se opor, contudo, ao social); a atenção conferida à recepção e à narração; a definição específica do contexto; a rejeição do relativismo absoluto. Só assim se poderia fazer a história *dei piccoli e degli esclusi*, captando momentos, situações, pessoas que, indagadas com um “olho analítico”, e inseridas num âmbito circunscrito, recuperavam peso, visibilidade e personalidade dentro das estratégias relacionais que tinham construído o seu próprio “mundo”. E esta perspectiva possibilitou a emergência de novas categorias interpretativas, de novas intrigas causais, de novos terrenos de investigação; o que, ao ser, não só teorizado, mas também praticado, fez da *micro-história* uma das mais fortes tentativas para se repovoar de homens concretos a narrativa historiográfica.

Para os seus críticos, este movimento não passava de uma forma sofisticada de narrativa antropológica, filha do “pensamento débil” da pós-modernidade, embora muitos concordassem que a valorização do particular e do local teve efeitos positivos na reformulação das questões epistemológicas ligadas à investigação histórica.

Por sua vez, a revalorização da realidade cultural (mental), não como um mero epifenómeno, mas como *instância estruturadora* da própria sociedade, traduziu-se em propostas teóricas e em projectos de investigação que vão ao encontro da tendência para se

“antropologizar” a história e para se valorizar o papel das produções simbólicas e das *representações* na constituição e reprodução das sociabilidades. Referimo-nos a correntes que alguns designam por “nova história cultural” e que se encontram inovadoramente plasmadas em obras como as de Robert Darnton, Lynn Hunt, Gabrielle S. Spiegel e Roger Chartier, etc.

É redutor pensar-se, no entanto, que toda esta diversificação subsumiu a história económico-social. Recorde-se que, mesmo quando esta foi hegemónica, ela sempre coexistiu com maneiras mais tradicionais de se fazer historiografia. No entanto, é um facto que a conjuntura de mudança dos finais de Novecentos também incitou à transformação interna de ramos consolidados. Foi o caso da nova história económica (Alfred Conrad, John Mayor, Robert Fogel), corrente que levou às últimas consequências a aplicação de modelos matemáticos, recorrendo, para isso, a *construções de contra-factuais*.

Será esta última prática uma radical novidade? Se pensarmos bem, poder-se-á dizer-se que ela se cinge, na esfera própria do seu objecto, a usar algo que é inerente a todo o trabalho do historiador. Este, para compreender e explicar, tem de se *transportar* para o passado através da *imaginação* (mas não da *fantasia*) e interrogar-se se o desenvolvimento de um dado acontecimento teria sido o mesmo, caso alguns dos fatores que o condicionaram fossem diferentes.³⁷ É que o *contra-factual*, mesmo quando não explicitado, é irmão gêmeo de todo o problema historiográfico. Se não o for, isso significa que a pergunta está eivada de uma projecção determinística e que a resposta é tautológica. Como quem diz: as coisas aconteceram, porque necessariamente tinham de acontecer. Com isto, atribuiu-se ao passado um fatalismo que os historiadores, comumente, recusam para explicar a tecitura do seu presente, ou melhor, da sua própria vida.

HISTORIOGRAFIA E FILOSOFIA

Como se viu, uma das características comuns a todas as historiografias, que emergiram desde os inícios do século XIX, encontra-se na rejeição das filosofias da história. Hoje, também se continua a pôr em causa as vantagens que poderão advir de um convívio mais íntimo entre a história e a filosofia, qualquer que seja a sua modalidade. Mas, se este distanciamento se mantém fiel ao propósito de se cientificar a história (embora já pouco tenha a ver com o paradigma clássico), será errado dispensar a reflexão teórica e problematizadora ligada à construção do saber. Quer isto dizer que, se, por um lado, se pretendeu atirar a filosofia da história porta-fora do edifício da historiografia, por outro lado, os combates a

favor da sua cientificidade estão imbuídos de preocupações que caem no domínio das *atitudes filosóficas*.

Pelas razões histórico-sociais e epistémicas assinaladas, é um facto que o entendimento da história como uma totalidade evolvente, passível de ser explicada em termos de previsão ou de prognóstico, entrou em crise nos nossos dias (Fernando Catroga, 2003). Para muitos, este estado de coisas não é somente o resultado da degeneração das ideologias que se escudavam no modelo hegeliano, mas exprime, igualmente, uma posição céptica perante a confiança quase cega nas capacidades de emancipação humana cantadas pelos vários iluminismos, desde o século XVIII até aos nossos dias. Estas prevenções ter-se-iam de repercutir nas leituras do passado, já que, independentemente das intenções antifilosóficas e científicas dos historiadores, as filosofias da história não só foram elevadas a argumentos fundamentadores de ideologias sociais, como se concretizaram em ideias e valores específicos, que condicionavam o "ponto de vista" do trabalho historiográfico.

Na verdade, as concepções totalizantes e omniscientes do devir histórico são hoje contestadas. Bem vistas as coisas, a adesão às suas propostas e expectativas, por mais racionais ou científicas que estas se apresentassem, radicava num horizonte mental que não punha em causa a ideia de progresso e a capacidade de o homem poder racionalizar a explicação da natureza e da sociedade. Daí, o gradual esgotamento do "modelo" e a denúncia das debilidades dos seus pressupostos. Afinal, a sua proclamada universalidade encobria, consciente ou inconscientemente, uma visão eurocêntrica do mundo, pois, na esmagadora maioria delas, a Europa emerge como o palco onde se consumaria o processo histórico. Ora, nos dias de hoje, a mundialização e a sua diversificação pulverizaram esse tipo de "olhar". Por isso, não se pode ignorar as alterações que este *deslocamento tópico* provocou nos modos de compreender e de viver o tempo, ou melhor, os tempos, alteração que fez diminuir a crença na existência de um sentido único para a história. Como consequência, a elucidação das razões que determinaram a crise das filosofias da história tem sido acompanhada pela problematização dos limites da *razão prognóstica* e dos seus fundamentos ônticos. Só sopesando o impacte destas mudanças se poderá compreender melhor o actual debate, quer à volta do seu estatuto científico (ou não), quer das suas relações com os demais saberes, quer, ainda, acerca da sua (in)capacidade para definir uma finalidade (e um fim) para o devir.

Por outro lado, importa lembrar que a resistência às filosofias da história por parte dos historiadores seguia o exemplo do ocorrido nas demais ciências, cuja emancipação também se deu contra as filosofias que, antes, recobriam o seu objecto. Mas, a verificação de um nexo entre os paradigmas mais credíveis e os seus projectos de cientificação aconselha a ter em

devida conta esta outra evidência – a existência, na historiografia, de um complexo de "inferioridade" em relação às ciências da natureza. O que exige a inevitável contextualização da própria historicidade dos esforços feitos para a sua cientificação.

Em suma: para que se consiga elevar o debate a um nível que ultrapasse os preconceitos, ou o mero senso comum, ele tem de situar-se no campo reflexivo. O que não admira, pois não há prática historiográfica sem teoria da história, e esta só será proficiente se os historiadores ousarem problematizar o seu *métier*. Inquietação que nunca será gratuita, porque, "para um historiador, pensar a relação entre as duas disciplinas [a filosofia e a história], é, antes de mais, colocar uma questão inteiramente prática e útil: em quê e como a reflexão filosófica permite elaborar melhor os problemas para os quais aponta nos nossos dias todo o trabalho histórico concreto e empírico?"³⁸

Responder cabalmente equivale a mostrar a inadequação, tanto dos discursos *normativos* (enunciação externa daquilo que a historiografia deve ou não fazer), como dos exclusivamente *explicativos* (os que tentam ensinar como se deve proceder com os documentos), e a reconhecer-se que continua em aberto todo um conjunto de questões (a delimitação dos objetos historiográficos, a narratividade, os critérios de validação) que têm de ser pensadas, sob pena de a historiografia se confundir com o mais acéfalo (e mentiroso) dos empirismos. E, para que sejam abaladas muitas certezas, a maior parte das vezes aceites espontaneamente, ou presunçosamente ancoradas na ilusão de que o saber histórico se confunde com a erudição, requer-se que os historiadores voltem a cultivar um convívio proveitoso com a filosofia (não estamos a escrever, com a filosofia da história). Esta sugestão incita a que se ponha em discussão, contra algum pós-modernismo exagerado, a densidade cognitiva e a pertinência das técnicas historiográficas dentro de um questionamento epistemológico mais amplo sobre as "relações existentes entre o discurso historiográfico e o referente que ele pretende reconstituir". Desiderato que, contudo, só será cumprido se houver disponibilidade intelectual para se elaborar, "filosoficamente, as dificuldades da prática histórica".³⁹ E se os historiadores o não fizerem, outros o farão por eles, como os trabalhos de Paul Ricoeur, intelectualmente tão ricos e tão proveitosos, foram demonstrando.⁴⁰

NOTAS

¹ NOIRIEL, Gérard. *Sur la "crise" de l'histoire*. Paris: Belin, 1996, p.51.

² CATROGA, Fernando. "Alexandre Herculano e a historiografia romântica." In: L. R. Torgal, J. M. A. Mendes e F. Catroga. *História da história em Portugal. Séculos XIX-XX*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996.

³ LOZANO, Jorge. *El Discurso histórico*. Madrid: Alianza Editorial, 1994, p.80-82.

-
- ⁴ HUMBOLDT, Wilhelm von. *Escritos de filosofía de la historia*. Madrid: Editorial Tecnos, 1997 (1ª edição 1821).
- ⁵ BOURDE, G. e MARTIN, Hervé, *Les Écoles historiques*, Paris : Seuil, 1983.
- ⁶ MONOD, Gabriel, “Du progrès des études historiques en France depuis le XVI^{ème} siècle.” *Revue Historique*, n.º 1, 1876.
- ⁷ BERMEJO, J. C. *El Final de la historia. Ensayos de historia teórica*. Madrid: Akal, 1987.
- ⁸ SEIGNOBOS, Charles, *La Méthode historique appliquée aux sciences sociales*, Paris, Félix Alcan, 1901, p.5 (grifos nossos).
- ⁹ Uma exceção: BOURDEAU, Louis, *Histoire et historien. Essai critique sur l'histoire considérée comme science positive*. Paris : Félix Alcan, 1888.
- ¹⁰ HERNÁNDEZ SANDOICA, Elena, *Los Camiños de la historia. Cuestiones de historiografía y método*, Madrid, Editorial Síntesis, 1995, p.58.
- ¹¹ Ch. SEIGNOBOS, Charles, *L'Histoire dans l'enseignement secondaire, la méthode, les instruments de travail*. Paris : A. Colin, 1906, p.38-9.
- ¹² Id. *Ibidem.*, p.105.
- ¹³ HARTOG, François, *Le XIX siècle et l'histoire. Le cas de Fustel de Coulanges*, Paris, Gallimard, 1988.
- ¹⁴ CATROGA, Fernando. *Caminhos do fim da história*. Coimbra: Quarteto Editora, 2003.
- ¹⁵ BERR, Henri. *Histoire traditionnelle et la synthèse historique*, Paris: Alcan, 1935.
- ¹⁶ SIMIAND, François. *Méthode historique et sciences sociales*. Paris: Éd. des Archives Contemporaines, 1987.
- ¹⁷ LUCAS, Manuel Benevides. *Filosofía de la historia*, Madrid: Editorial Síntesis, 1994, p.396.
- ¹⁸ BLOCH, Marc, *Apologie pour l'histoire*, Paris: A. Colin, 1974, p.77.
- ¹⁹ LEVY-STRAUSS, Claude. *La Pensée sauvage*. Paris: Plon, 1962, p.345.
- ²⁰ DOSSE, François, *L'Histoire*, Paris: A. Colin, 2000, p.51.
- ²¹ CATROGA, Fernando. *Caminhos do fim da história*. Coimbra: Quarteto Editora, 2003.
- ²² POMIAN, K. *Sur l'histoire*. Paris: Gallimard, 1999, p.211.
- ²³ CATROGA, Fernando. *Caminhos do fim da história*. Op. Cit.
- ²⁴ POMIAN, K. *Sur l'histoire*. Op. Cit., p.213-218.
- ²⁵ BRAUDEL, Fernand. *Écrits sur l'histoire*. Paris: Flammarion, 1969, p.31.
- ²⁶ DOSSE, François. *L'Histoire*. Op. Cit., p.51.
- ²⁷ POMIAN, K. *Sur l'histoire*. Op. Cit., p.94-95.
- ²⁸ ALTHUSSER, Louis. *Lire le Capital*. 2 vols. Paris: François Maspero, 1973 ; *Pour Marx*. Paris: François Maspero, 1968.
- ²⁹ MARRAMAO, Giacomo. *Poder y secularización*. Barcelona: Ediciones Península, 1989.
- ³⁰ DOSSE, François. *L'Histoire*. Op. Cit.
- ³¹ STONE, Lawrence. “The revival of narrative. Reflections on a New Old History”, *Past and Present*, n. 85, 1979.
- ³² DOSSE, François. *L'Histoire*. Op. Cit.
- ³³ POMIAN, K. *Sur l'histoire*. Op. Cit.
- ³⁴ PROST, Antoine. *Douzes leçons sur l'histoire*. Paris: Seuil, 1996, p.255.
- ³⁵ DOSSE, François. *L'Histoire*. Op. Cit., p.57.
- ³⁶ Id. *Ibidem.*, p.136.
- ³⁷ PROST, Antoine. *Douzes leçons sur l'histoire*. Op. Cit., p.177-178.
- ³⁸ CHARTIER, Roger. *A História cultural. Entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1988, p.89.
- ³⁹ Idem.
- ⁴⁰ RICOEUR, Paul. *Histoire et vérité*. Paris: Seuil, 1955; *Temps et récit*. 3 vols. Paris: Seuil, 1983; *La Mémoire, l'histoire et l'oubli*. Paris: Seuil, 2000.